

**EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.550.140 - SP
(2019/0220136-3)**

RELATOR : MINISTRO GURGEL DE FARIA
EMBARGANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
EMBARGADO : FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO
EMBARGADO : ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : MARIALICE DIAS GONÇALVES - SP132805
AMÉRICO ANDRADE PINHO - SP228255

DECISÃO

Cuida-se de embargos de declaração opostos pela DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO contra decisão de minha lavra, proferida às e-STJ fls. 980/983, que conheceu do agravo para conhecer parcialmente do recurso especial e, nessa extensão, negou-lhe provimento, com base nos seguintes fundamentos: (I) ausência de ofensa do art. 489, § 1º, III e IV, do CPC/2015 e (II) não configuração de cerceamento de defesa.

O embargante sustenta, em síntese, a existência de omissão, visto que não houve o pronunciamento acerca do art. 7º do Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos, do art. 5º da Convenção Americana de Direitos Humanos e do art. 45, § 3º, da Lei de Execução Penal.

Impugnação às e-STJ fls. 1.002/1.007.

Passo a decidir.

Nos termos do art. 1.022 do CPC/2015, os embargos de declaração têm por escopo sanar decisão judicial eivada de obscuridade, contradição, omissão ou erro material.

In casu, com razão a parte embargante, uma vez que não houve pronunciamento acerca do art. 7º do Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos, do art. 5º da Convenção Americana de Direitos Humanos e do art. 45, § 3º, da Lei de Execução Penal.

Ocorre que o art. 7º do Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos, do art. 5º da Convenção Americana de Direitos Humanos e do art. 45, § 3º, da Lei de Execução Penal não foram analisados pelo Tribunal de origem, embora a questão tenha sido suscitada nos embargos de declaração, carecendo o apelo nobre do requisito constitucional do prequestionamento. Incide, na espécie, o óbice da Súmula 211 do STJ.

É verdade que o art. 1.025 do Código de Processo Civil de 2015 consagrou o "prequestionamento ficto", o qual prescreve, *in verbis*:

Art. 1.025. Consideram-se incluídos no acórdão os elementos que o embargante suscitou, para fins de pré-questionamento, ainda que os embargos de declaração sejam inadmitidos ou rejeitados, caso o tribunal superior considere existentes erro, omissão, contradição ou obscuridade.

Superior Tribunal de Justiça

Esta Corte tem entendido, contudo, que o acolhimento do prequestionamento ficto de que trata o aludido dispositivo, na via do especial, exige do recorrente a indicação de violação do art. 1.022 do CPC/2015, "para que se possibilite ao Órgão julgador verificar a existência do vício inquinado ao acórdão, que, uma vez constatado, poderá dar ensejo à supressão de grau facultada pelo dispositivo de lei" (AgInt no AREsp 1.067.275/RS, Rel. Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, Segunda Turma, julgado em 03/10/2017, DJe 13/10/2017, e AgInt no REsp 1.631.358/RN, Rel. Ministro OG FERNANDES, Segunda Turma, julgado em 27/06/2017, DJe 30/06/2017), o que não ocorreu, *in casu*.

Não bastasse isso, a modificação do julgado, nos moldes pretendidos (reconhecer a existência de sanções coletivas, de tratamento cruel e degradante, bem como de qualquer conduta como sendo ilegal e violadora de direitos humanos das pessoas presas e o cabimento de danos morais), não depende de simples análise do critério de valoração da prova, mas do reexame dos elementos de convicção postos no processo, providência incompatível com a via estreita do recurso especial, nos termos da Súmula 7 do STJ.

Por fim, advirto a recorrente que a oposição de embargos de declaração manifestamente protelatórios pode ensejar a aplicação da multa prevista no § 2º do art. 1.026 do CPC/2015.

Ante o exposto, ACOLHO os embargos de declaração, sem efeitos modificativos, apenas para sanar a omissão acima identificada.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 23 de março de 2020.

MINISTRO GURGEL DE FARIA

Relator